

Os jovens e sua relação com o mercado de trabalho do Município do Rio de Janeiro¹

Marcelo J. Moreira²

Introdução

Nos anos noventa, programas de racionalização produtiva foram implementados pelas grandes empresas em grande parte dos países, ocasionando grande impacto sobre os níveis de emprego destes. No Brasil, o ingresso nos anos 90, significou a ocorrência de transformações estruturais e institucionais, que afetaram a questão do emprego. A adoção de políticas econômicas visando reestruturar o parque produtivo nacional através de medidas de estímulo à competição - privatização, legislação antitruste e de proteção ao consumidor, liberalização comercial e novas regras para os investimentos diretos - e medidas de competitividade - programas de apoio à capacitação tecnológica, de produtividade e qualidade e o de competitividade industrial³; a implementação de mecanismos macroeconômicos que buscassem a estabilização da economia; e, a falta de uma política industrial explícita, trataram de contribuir para o agravamento do quadro formado pelo desemprego, qual seja, a confirmação de relações precárias de trabalho, respaldadas pela crescente participação de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhando por conta própria. Ou seja, o chamado setor informal da economia, bem como alguns subsetores do setor serviços, passavam a contribuir para a formação de um mercado de trabalho cada vez mais heterogêneo e precário.

¹ Parte deste trabalho foi desenvolvido através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/PIBIC/UFRRJ, sob a orientação do Professor Doutor César Augusto Miranda Guedes.

² Economista/Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

³ Pero, 1996.

Sobre este aspecto, ao relacionarmos tal discussão à questão da existência de determinados grupos-problema⁴, ou seja, a idéia de que existe um grau de sobreposição entre grupos sociais diferenciados, de acordo com alguns riscos distintos do mercado de trabalho, e que esses aspectos podem ser estreitamente articulados não só entre si, mas também, com características sociais não "adquiridas" (tais como educação, renda, local de residência), mas socialmente "atribuídas" e ligadas a certos aspectos fixos e internacionalmente imutáveis (idade, sexo, etnia)⁵; a análise sobre a inserção do jovem⁶ no mercado de trabalho, sobretudo brasileiro, em um ambiente de relações/condições precárias de trabalho, caracterizadas pela economia submersa ou criptoconomia⁷, torna o processo de inserção destes atores problemática, não bastando fazer, portanto, demonstração de entrada e saída deste segmento no mercado de trabalho.

Estudos recentes⁸ vêm demonstrar que os jovens estão ganhando lugar na estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, tal movimento vem acompanhado de ocupações com remunerações menores e níveis educacionais inferiores aos observados nas ocupações suprimidas. Ou seja, a reestruturação do mercado de trabalho brasileiro vem causando a extinção de postos de trabalho que remunerava em níveis superiores ao observado, e possuía trabalhadores com níveis educacionais maiores. Isto, ligado ao fato, de que em termos de faixa etária o grupo que mais perdeu com a mudança na composição da estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro, foi o grupo pertencente à faixa de 30 a 59 anos de idade. Configura, então, uma estrutura onde os jovens ganham lugar no

⁴ Offe, 1989.

⁵ Idem.

⁶ Entende-se como jovens, neste contexto, a limitação de faixa etária que sai da adolescência até a idade adulta. Ou seja, dos 14 (que é a idade mínima permitida para ingresso no mercado de trabalho brasileiro) até os 25 anos de idade. Considerando ainda, a faixa etária de 15 a 24 anos de idade como aquela que efetivamente pressiona a economia nacional. (Oliveira, 1996)

⁷ Lima, 1985

⁸ Salm, 1997

mercado de trabalho, com salários menores e tendo como pré-requisito educacional 4 anos de estudo completos, ou seja, apenas o 1º segmento do ensino fundamental concluído na estrutura do sistema educacional vigente no país.

A questão da inserção do jovem no mercado de trabalho tem se tornado uma das maiores preocupações de analistas, pesquisadores e formuladores de políticas públicas em boa parte do mundo: a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) apresentou que, em 1992, cerca de 15% dos jovens urbanos não estudavam nem trabalhavam, ou seja, não adquiria *capital educativo* nem *habilidades produtivas*; além da situação de improdutividade ser muito mais acentuada nos extratos de mais baixas rendas (cerca de 25% do total); a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) demonstra que no período de 1993-94, os jovens tiveram como única opção a pressão constante sobre o mercado de trabalho na busca de um novo emprego.⁹

Taxas de Desemprego e Porcentagem de Desempregados Jovens (15 a 25 anos) no Desemprego Total (1993-1994)

	Taxas de Desemprego			% de Desempregados jovens no desemprego total		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
França	12,5	10,6	14,7	27,5	24,2	31,6
Itália	10,2	7,6	14,6	48,9	52,0	46,2
Espanha	23,8	18,6	28,9	33,5	32,7	34,2
Alemanha	7,3	7,1	7,7	13,2	13,1	13,4
Inglaterra	9,2	12,6	4,9	28,9	26,1	37,5
Suécia	8,0	9,1	6,7	24,3	23,6	25,3
Japão	2,9	2,8	3,0	25,5	23,2	28,8
Estados Unidos	6,0	6,1	6,0	33,7	34,5	32,7

Fonte: Dedecca (1996), extraindo dados da OCDE;

Obs.: França, abaixo de 25 anos; Itália, de 14 a 24 anos; Espanha, de 16 a 24 anos.

⁹ Dedecca, 1996.

Em outubro de 1997¹⁰, ministros do trabalho dos países mais industrializados, concordaram em lançar uma campanha visando à criação de empregos para jovens. Desta forma, seria criada uma "importante cúpula para a juventude", com apoio da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), na elaboração para um plano de grande abrangência destinado a reduzir o elevado desemprego entre os jovens. No caso dos países, ditos, em desenvolvimento, como no caso do Paraguai que possui uma população predominantemente jovem (51% dos 4,9 milhões de habitantes têm menos de 20 anos, e 67% menos de 30 anos, de acordo com dados oficiais da Direção Geral de Estatística, Pesquisas e Censos), o problema se agrava, devido ao fato de a metade da população economicamente ativa das zonas urbanas paraguaias terem desempenho informal na economia¹¹. Assim, 52% dos trabalhadores deste setor têm em média, 30 anos, e 25% têm menos de 25 anos de idade. O que demonstra que o setor informal é um paliativo para o desemprego que afeta, em maior proporção, aos mais jovens¹².

Entende-se que a partir da estrutura do mercado de trabalho brasileiro, afetada pelas questões citadas no início desta introdução, segmentos da força de trabalho foram afetados, de forma a alterarem sua participação neste mercado. Assim, a força de trabalho juvenil, representada aqui neste trabalho pelos indivíduos que se encontram na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, foi um dos segmentos atingidos.

Este trabalho pretende fazer algumas considerações sobre esta hipótese, a partir da análise do mercado de trabalho formal e informal do Município do Rio de Janeiro.

1. Breve demonstração de um problema: do Formal ao Informal

A informalização da ocupação, segundo Baltar, ocorreu em todos os setores de atividade não-agrícola, exceto em transporte e comunicação,

¹⁰ "OCDE busca plano antidesemprego", *Gazeta Mercantil*, 16/10/1997.

¹¹ "Paraguai: o reduto dos jovens" *Gazeta Mercantil*, 10 a 16/11/1997.

¹² Idem.

na década de oitenta. Nesses ramos, a queda mais intensa da proporção do emprego formal deve-se sobretudo à estagnação do emprego com carteira, embora também tenha ocorrido um rápido aumento do emprego informal. Conclui-se, então, que a crise contemporânea do Brasil provocou uma desvalorização global do trabalho assalariado com implicações sobre as condições de vida de um importante segmento da população, inclusive sobre sua capacidade de organização no trabalho.¹³

O emprego informal, portanto, tem crescido em níveis consideráveis, ou seja, o que era antes encarado como uma "válvula de escape" em períodos de recessão econômica - como na década de 80 - hoje, possui a característica de ser uma estratégia de sobrevivência. Isto pode estar intimamente ligado ao fato de que estamos passando por um movimento pelo qual não passamos na "década perdida", qual seja: *uma ampla reestruturação do aparelho produtivo*¹⁴. Tomando-se como exemplo o movimento do setor informal e das taxas de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, verifica-se a relação que o primeiro tinha com a questão do desemprego na década de oitenta. Ou seja, a característica de funcionar como um amortecedor da crise sobre o emprego, absorvendo os trabalhadores que estavam sendo desligados.

EVOLUÇÃO DO SETOR INFORMAL - RMSP - 1982/1995

Ano	Setor Informal (%)	Ano	Setor Informal (%)
1982	32,21	1989	31,92
1983	33,85	1990	33,16
1984	35,58	1991	36,32
1985	34,05	1992	38,41
1986	32,07	1993	39,93
1987	32,10	1994	40,81
1988	32,79	1995	41,94

Fonte: FUENTES, através de dados da PME/IBGE

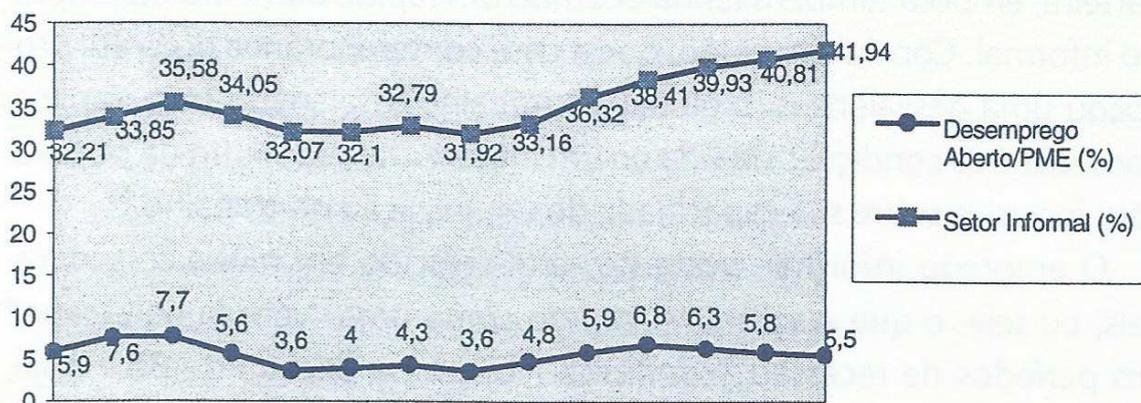
Nota: O Setor Informal foi obtido por meio da soma dos trabalhadores Sem Carteira

¹³ Baltar, 1994.

¹⁴ Idem.

RELAÇÃO:

TAXA DE DESEMPREGO E EVOLUÇÃO DO SETOR INFORMAL NA RMSP - 1982/1995

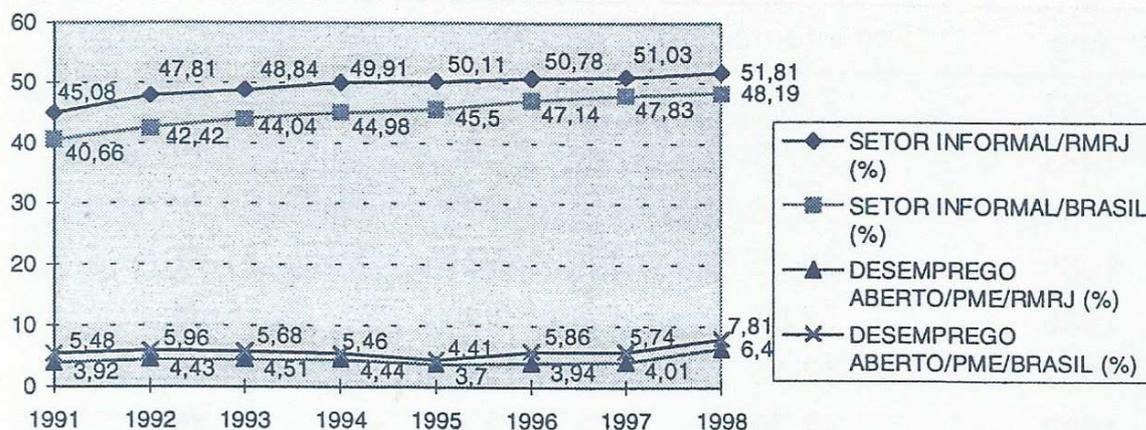


Fonte: FUENTES, através de dados da PME/IBGE

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se o fenômeno em proporções significativas, como no caso de São Paulo. Para o período de 1991 a 1998, evidencia-se um amplo crescimento deste setor, acompanhando as taxas em que o país como um todo (em relação às regiões metropolitanas) tem apresentado.

EVOLUÇÃO:

TAXA DE DESEMPREGO E SETOR INFORMAL BRASIL/RMJ - 1991/1998*



Fonte: PME/IBGE

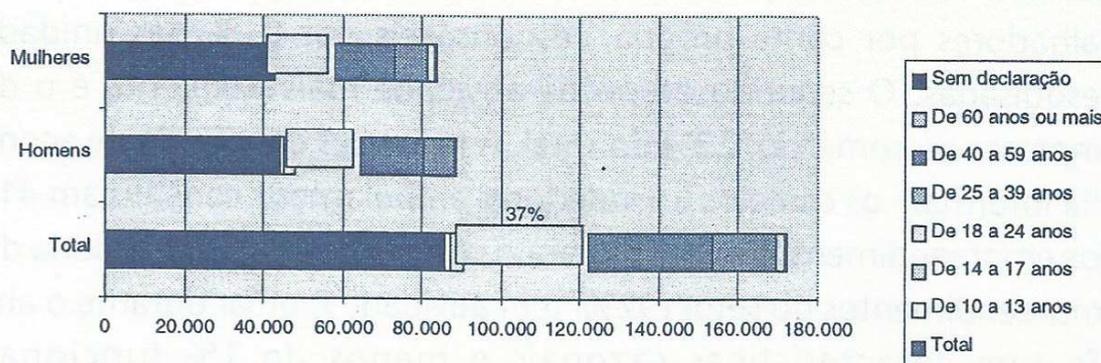
Em uma primeira pesquisa voltada exclusivamente para este setor, organizada pelo IBGE, revelou-se que no município do Rio de Janeiro (onde a primeira etapa da pesquisa foi realizada), em 1994, este ocupa-

va mais de 500 mil pessoas e obtinha um faturamento de R\$ 6 bilhões por ano. No mês de referência da pesquisa, ou seja, outubro de 1994, existiam 444.420 empresas no setor, ocupando 559.974 pessoas - trabalhadores por conta própria, responsáveis por 91% das unidades pesquisadas. O segundo grupo de atividade mais freqüente é o das empresas de comércio: 23% do total. A face mais conhecida da economia informal - os camelôs e vendedores ambulantes - constituíam 41% dos empreendimentos voltados para o comércio. A grande maioria dos empreendimentos do setor (92%) tem atividade regular durante o ano, 7% tem características sazonais e menos de 1% funcionam ocasionalmente. (Economia Informal Urbana - Município do Rio de Janeiro, 1994)

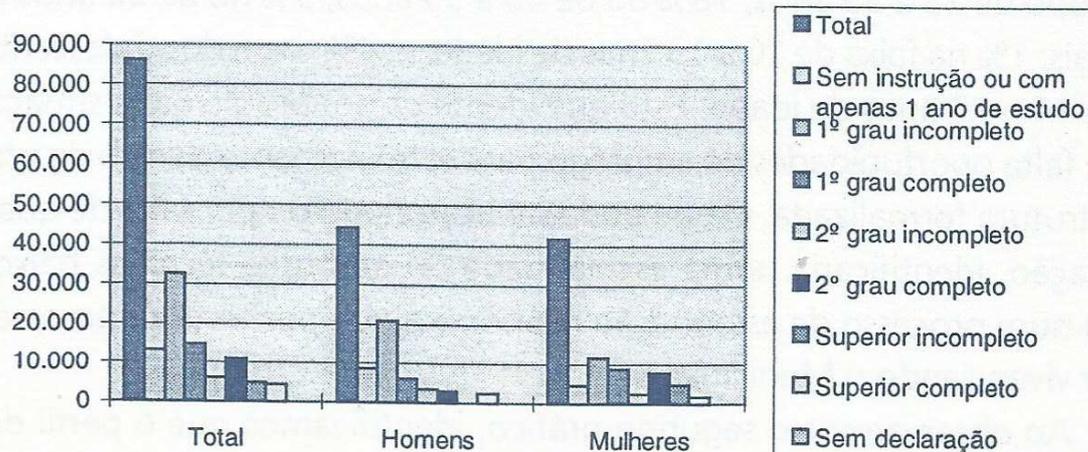
A mesma pesquisa revela a participação de jovens de forma considerável: 37% do total de entrevistados (excluindo os proprietários) se encontram na faixa etária de 18 a 24 anos de idade - 36% pertencem ao grupo de 25 a 39 anos; 18% no de 40 a 59 anos; 3% no de 60 anos ou mais; 1% na faixa de 10 a 13 anos de idade; e, 4% eram de adolescentes de 14 a 17 anos de idade. Fato que identifica um problema: a situação de falta oportunidades de emprego para este segmento dentro de uma estrutura formalizada. O que pode ser acarretado ou por falta de qualificação, identificada numa escolaridade ou atributos técnicos baixos, ou num processo de estagnação econômica que por ventura possa estar vivenciando o Município.

Ao observarmos o segundo gráfico, identificamos que o perfil dos ocupados dentro do setor informal do Município do Rio de Janeiro, apresenta grau de instrução baixo, não tendo completado o 1º grau - 38% do total de entrevistados (excluindo os proprietários); somando-se aos que se encontram sem instrução ou com apenas 1 ano de estudo, passa-se para 53% de indivíduos com grau de instrução baixo, contra 30% de pessoas com 1º e 2º completos. Isso contribui para, ao confrontarmos com o que já foi citado sobre a organização do mercado de trabalho e a inserção dos jovens, confirmar que tem ocorrido uma incapacidade do referido Município, de gerar empregos para este segmento da força de trabalho, bem como tende a existir problemas na questão educacional.

Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, segundo os grupos de idade (exclusive os proprietários)/Município do Rio de Janeiro - 1994



Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, segundo o nível de instrução (exclusive os proprietários)/Município do Rio de Janeiro - 1994



Ao analisarmos a questão no emprego formal, utilizando a Relação Anual de Informações Sociais/RAIS do Ministério do Trabalho e, relacionando a participação dos jovens nos grandes setores (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária) com a questão da escolaridade, observa-se que a maioria dos setores (a exceção foi Agropecuária) apresentaram queda no total de empregados¹⁵, em rela-

¹⁵ Total de empregados em 31/12 de cada ano da série: 1986/1996.

ção ao ano base (1986). Analisando os níveis de escolaridade dos empregados dos setores Indústria e Serviços, observa-se que houve perdas menores para quase todos os níveis deste em relação àquele. Faz-se interessante notar, que as maiores perdas no setor Indústria - para o ano de 1996 - foram nos níveis que compreendem a 4ª série completa, seguido daqueles que estavam com a 4ª série incompleta; os que possuíam o 2º grau completo teve uma perda de 50% do número de empregados em relação ao ano de 1986. No setor Serviços, houve perda de 25% do número de empregados para o ano de 1996 em relação ao de 1986, para o grupo que possuía o 2º grau completo. Tomando 1994 como ano base, observa-se que (para os jovens que possuíam o 1º e o 2º grau completos) houve diminuição do número de empregados para o ano de 1996 no setor Indústria; movimento inverso ao que ocorreu para o setor Serviços, que demonstrou aumento do número de empregados jovens com estes níveis de escolaridade¹⁶ (em 1994, o número de empregados que possuíam o 2º grau completo era de 6.859 para a Indústria e 34.842 para Serviços; em 1996, era de 6.206 e 39.310, respectivamente).

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/CAGED do Ministério do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, houve uma perda de 52% de postos de trabalho para jovens de 18 a 24 anos de idade, no grande setor indústria, no período de 1991 a 1997 (o ano de referência aqui, foi o de 1990)¹⁷. Dados recentes¹⁸, da Pesquisa Mensal de Emprego/PME do IBGE, para a região metropolitana do Rio de Janeiro, indicam que o pior índice de desemprego ali verificado, se

¹⁶ Este movimento está de acordo com o citado na introdução deste trabalho. Ou seja, o trabalho desenvolvido por Salm (op.cit.). A indicação deste movimento, procura demonstrar a importância da relação entre educação e emprego. Principalmente, quando nos encontramos em um ambiente, onde o que se procura demonstrar é a capacidade de se conseguir emprego via maiores níveis de escolaridade. Uma das tarefas, portanto, é buscar identificar quais os empregos que estão sendo gerados (ou os postos que estão sendo ocupados) para (por) jovens, no caso, cada vez mais escolarizados.

¹⁷ Dados obtidos através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/CAGED/Ministério do Trabalho/FAT.

¹⁸ Fev/1998.

encontra na camada mais jovem da população: 4,7% entre jovens até 24 anos de idade, com segundo grau completo; o mais alto entre os cariocas¹⁹.

Assim, tal segmento tem apresentado dificuldades de se manter em ocupações formais de trabalho e migrando para o chamado setor informal da economia deste Estado; apresentando relações diretas com a questão do grau de instrução, recrudescendo assim, sua participação na estrutura de ocupação e, possivelmente, rendimentos do mercado de trabalho fluminense.

O Município do Rio de Janeiro tem demonstrado queda tanto no seu nível de admissão de jovens para o mercado formal, quanto no de desligamento, demonstrando o problema que existe entre o "enxugamento" realizado nas indústrias e uma possível saturação que possa estar ocorrendo no setor de serviços e comércio, que agrava a questão do desemprego de jovens. Tomando como base o ano de 1986, verifica-se que o total de admitidos, para as 46 atividades econômicas do IBGE (expresso na tabela seguinte) sofre queda constante desde o início da série, voltando a crescer em 1994 e 1995 (após uma pequena recuperação do nível de atividade da economia), mas tornando a cair em 1996/1997. Assim, em relação ao ano base, o número de jovens admitidos diminuiu em 40%. Ou melhor, se identificarmos 1994 como ano base, observaríamos que em 3 anos, o índice de admissão de trabalhadores jovens para o município do Rio de Janeiro, subiu apenas 0,4%.

TOTAL DE ADMITIDOS NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS/IBGE - TRABALHADORES DE 15 A 24 ANOS DE IDADE - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1986/1997

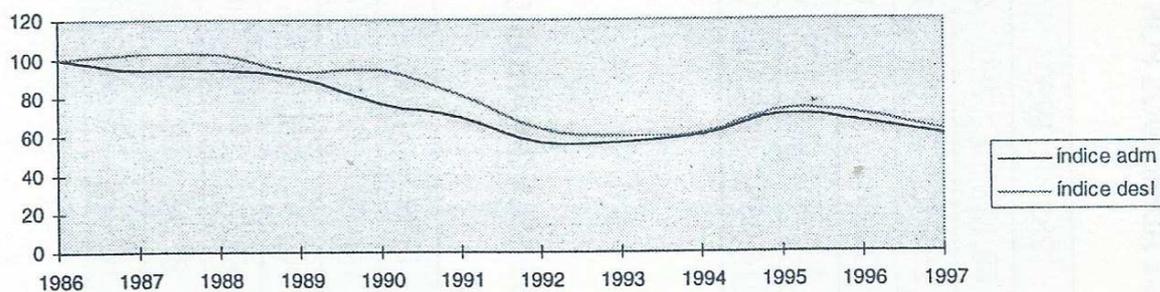
1986	1987	1988	1989	1990	1991
333.013	314.533	312.050	299.125	256.907	234.263
1992	1993	1994	1995	1996	1997
190.084	189.135	202.279	237.868	224.689	203.241

Fonte: CAGED (Lei 4923/65)/FAT/MTb

¹⁹ Gazeta Mercantil, 13/abril/1998.

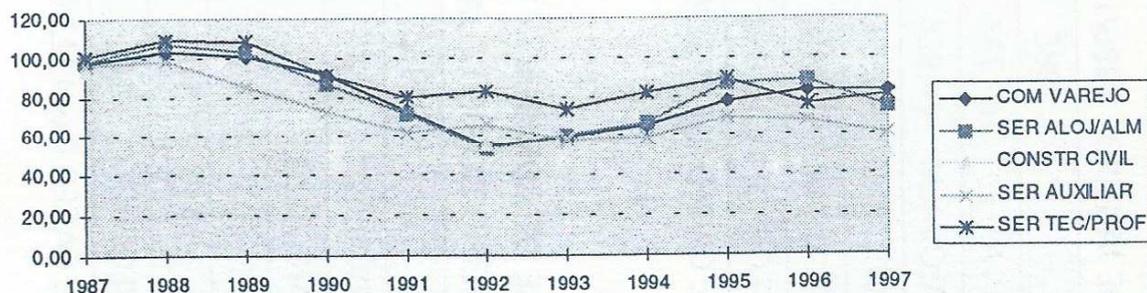
Relacionando 1997 com o ano base, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos para este segmento da PEA no Município foram: Comércio Varejista, Serviço de Alojamento/Alimentação, Construção Civil, Serviços Auxiliares e Serviços Técnicos/Profissionais, apresentando respectivamente, 16,78%; 25,58%; 49,66%; 38,81%; 19,47% como perdas nos índices de admissão. Entretanto, como demonstra o gráfico a seguir (computando os índices de admissão de todas as atividades econômicas do Município), estes índices têm um movimento descendente (do mesmo modo que o índice de desligamento), demonstrando que os jovens tendem a ter cada vez mais dificuldades para ingressarem no setor formal da economia do Município do Rio de Janeiro. Ao observarmos os cinco setores citados, o índice de admissão demonstra ter um movimento ascendente para o setor Comércio Varejista e para o de Serviços Técnicos/Profissionais.

TRABALHADORES DE 15 A 24 ANOS DE IDADE: ÍNDICE DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/1986-1997 (ANO BASE 1986)



Fonte: CAGED (Lei 4923/65)/FAT/MTb

ÍNDICE DE ADMISSÃO - TRABALHADORES DE 15 A 24 ANOS DE IDADE POR ATIVIDADE ECONÔMICA/IBGE - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO 1986/1997



Fonte: CAGED (Lei 4923/65)/FAT/MTb

TRABALHADORES DE 15 A 24 ANOS DE IDADE ADMITIDOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA SELECIONADA/IBGE - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1986/1997

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
COM VAREJO	67.714	66.234	69.839	68.146	61.769	49.028	36.962	40.136	44.283	52.293	55.942	56.351
SER ALOJ/ALM	24.924	24.449	26.607	25.575	21.599	17.699	13.245	15.022	16.558	21.609	22.067	18.549
CONSTR CIVIL	32.556	30.445	29.260	21.808	17.420	17.787	18.140	12.768	12.802	14.845	20.330	16.390
SER AUXILIAR	24.514	23.699	24.137	20.875	17.857	15.201	16.072	14.149	14.503	16.892	16.593	15.000
SER TEC/PROF	13.638	13.745	14.885	14.769	12.450	10.882	11.249	10.008	11.174	12.190	10.338	10.983

Fonte: CAGED (Lei 4923/65)/FAT/MTb

ÍNDICE DE ADMISSÃO - TRABALHADORES DE 15 A 24 ANOS DE IDADE POR ATIVIDADE ECONÔMICA SELECIONADA/IBGE - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1986/1997

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
COM VAREJO	100	97,81	103,14	100,64	91,22	72,40	54,59	59,27	65,40	77,23	82,62	83,22
SER ALOJ/ALM	100	98,09	106,75	102,61	86,66	71,01	53,14	60,27	66,43	86,70	88,54	74,42
CONSTR CIVIL	100	93,52	89,88	66,99	53,51	54,64	55,72	39,22	39,32	45,60	62,45	50,34
SER AUXILIAR	100	96,68	98,46	85,16	72,84	62,01	65,56	57,72	59,16	68,91	67,69	61,19
SER TEC/PROF	100	100,78	109,14	108,29	91,29	79,79	82,48	73,38	81,93	89,38	75,80	80,53

Fonte: CAGED (Lei 4923/65)/FAT/MTb

Desta forma, mesmo tendo contribuído para o emprego de jovens, os setores Serviço de Alojamento/Alimentação; Construção Civil e Serviço Auxiliar, também estão desenvolvendo movimentos de queda, demonstrando a problemática por que passam os jovens cariocas em relação ao mercado de trabalho de seu município.

2. O caso Zona Oeste: A identificação do problema em áreas menores

Os dados apresentados anteriormente, demonstram a problemática que envolve os jovens do Município do Rio de Janeiro com relação à sua inserção e manutenção no setor formal da economia, bem como sua participação, considerável, no setor informal. O estudo a seguir, propõe observar o recrudescimento desta problemática, quando evidencia-se a participação de jovens no mercado de trabalho informal, em determinados bairros do subúrbio carioca.

Sendo assim, nosso estudo realizado na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, nos bairros de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho informal, condicionados à ocupação de camelôs e ambulantes, vem demonstrar o nível de precariedade e a falta de políticas públicas para o emprego e a educação nesta região.

A região em questão ocupa uma área correspondente a cerca de 49% de todo o território do atual Município do Rio de Janeiro. Possui, em toda sua extensão, as regiões administrativas de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Desta forma, abrange os bairros de Deodoro até Santa Cruz. São 20 bairros agrupados nas quatro regiões administrativas citadas anteriormente, que corresponde a Área de Planejamento nº 5/AP-5, criada pelo Plano Diretor de 1991, com cerca de 1,3 mil habitantes, numa área territorial de 609,5 quilômetros quadrados. Hoje, a região destaca-se pelos distritos e pólos industriais, pelas reservas florestais existentes, pelo seu potencial turístico, apesar de pouco contemplada no roteiro oficial da Cidade do Rio de Janeiro, e, pelo crescente aparecimento de relações informais e precárias em seu mercado de trabalho.

No que diz respeito à sua atividade econômica, segundo dados do IBGE, de 1990, a Zona Oeste possui cerca de 0,8% de seus trabalhadores ocupados, no setor primário; 24,6% no setor secundário; e, 70,3% no setor terciário. Cerca de 47,9% da população está ocupada, destes, 44,3% possuem carteira assinada; 16,4% são empregados sem carteira, 19,4% são empregados da esfera pública; e, 16% são trabalhadores por conta própria. Neste sentido, a Zona Oeste possui sua força econômica centrada no comércio existente na região.(PNAD, 1990).

De acordo com o Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro de 1993/94, a Zona Oeste possui 152.384 domicílios de baixa renda, correspondendo a um total de 40% em relação à toda cidade. Com relação ao número de escolas, a Rede Municipal possui 339 estabelecimentos de ensino nesta região, correspondendo a 33% em relação ao total do Município do Rio de Janeiro que é de 1032 estabelecimentos. Sobre sua dinâmica industrial, observa-se que ao final de 1994, este setor obteve investimentos na ordem de US\$ 132 milhões, de um total de US\$ 149,2 milhões em todo o Estado, representando 89,1% do aporte dos recursos, nos distritos industriais de Campo Grande, Paciência e Santa Cruz. Constituindo desta forma, uma perspectiva de gerar 992 novos empregos (43,4%), numa área total de 331 mil metros quadrados. Neste sentido, dentre os que estão sendo implantados, o projeto de maior envergadura é o do setor metalúrgico em Santa Cruz, que pretende gerar 344 novos empregos.(Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro/CODIN, 1994).

Tais investimentos acontecem, principalmente, devido ao fato de que na região existem áreas completamente desocupadas, e aos incentivos do governo, em todas as esferas, através de planos de industrialização descentralizada do núcleo da Cidade do Rio de Janeiro; através do Plano Estratégico do Rio de Janeiro; e, até mesmo, através do Plano Diretor da Cidade, de 1991, que prevê a Zona Oeste, como uma área de expansão das relações econômicas e sociais, identificando o escoamento do crescimento e desenvolvimento do Município.

Entretanto, tal desenvolvimento se encontra obscuro pois, existe o descaso com o meio-ambiente, e as relações informais de trabalho na região, sobretudo quando se trata dos camelôs e ambulantes, tem sido

significativas. São formadas por grupos diferenciados, ou seja, desempregados, homens, mulheres, crianças, jovens etc. Possuem produtos de todas as formas, desde o artesanato puro, até os equipamentos eletroeletrônicos.

A partir desta visão, e, sobretudo, relacionando tais evidências com a dinâmica da estrutura de ocupação e rendimento das relações de trabalho existentes no país, ao aplicar-se os questionários nos centros comerciais de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, nota-se que tais centros possuem características interessantes. Uma destas, está centrada na forma de como esse mercado se apresenta, no que diz respeito à localização e tipo de produto. Desta forma, os centros de Bangu e Campo Grande, possuem áreas específicas para o seu comércio, o chamado "Calçadão". Com isso, os camelôs ficam em posições estratégicas, localizadas perto deste Calçadão.

Em Bangu, por exemplo, a concentração destes trabalhadores fica em sua extensão, localizado especificamente ao final; com todos os tipos de produtos, onde a predominância é visível em produtos industrializados (eletro-eletrônicos, artigos de couro, relógios etc). Em Campo Grande, os camelôs também se encontravam no Calçadão. Entretanto, eles se localizavam em toda a sua extensão, o que dificultava a passagem pelo mesmo. A Administração Regional resolveu então, delimitar áreas específicas para este tipo de atividade. Desta maneira, os camelôs passaram a se localizar aos arredores do Calçadão, chegando a se estender até a rodoviária. Com este tipo de distribuição, os produtos também se tornam diferenciados: quanto mais próximo do Calçadão, mais se encontram produtos do tipo: eletro-eletrônicos, roupas, relógios etc. e, quanto mais distante, mais produtos agrícolas, serviços rápidos (sapateiros, barracas de cachorro-quente, biscoitos etc). Isso não quer dizer que não se encontrem produtos dos tipos existentes próximos ao Calçadão. Como é o caso da Rodoviária, que também possui certos tipos da área mais próxima do mesmo. Isso tornou-se mais evidente, quando da construção do Mercado Popular, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como parte do Projeto Rio-Cidade, localizado atrás da Rodoviária. Neste sentido, só poderiam trabalhar neste mercado quem fosse cadastrado na prefeitura, e, só seriam cadastrados aqueles que

estivessem trabalhando no mercado. Ou seja, aqueles que estão aos arredores do Calçadão correm o risco de serem autuados.

Diferente dos dois centros acima, é o centro comerciário de Santa Cruz. Por não possuir um Calçadão próprio para as atividades comerciais, este possui camelôs espalhados pela calçada de sua via principal de acesso, em frente à linha férrea, e na praça localizada ao centro do bairro. Com isso, os produtos se diferenciam sem obedecer, necessariamente, a uma ordem, estratégica, de sobrevivência.

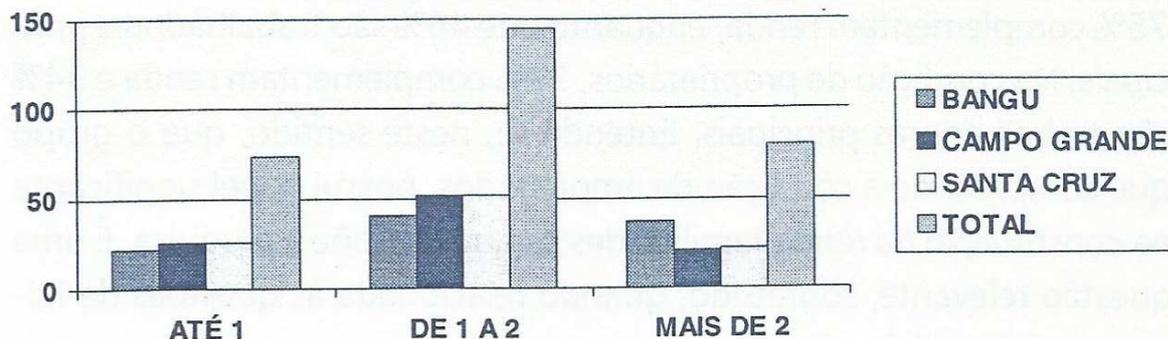
Com este esquema de sobrevivência, ao serem aplicados questionários para um conjunto de 300 pessoas que compõem o grupo-problema por nós identificados (os jovens) neste tipo de ocupação nesta região, encontram-se os seguintes resultados: com relação a faixa etária, existe a participação de indivíduos de 10 a 25 anos de idade. Nesta análise, a concentração de participação, ficou na faixa de 15 a 21 anos de idade (73%); onde, 60% se encontram na faixa de 16 a 18 anos de idade.

Com relação à ocupação, dos 300 entrevistados, 74 eram ambulantes e 226, camelôs. Sendo que no grupo referente à camelôs, 65 eram proprietários e 161 não eram donos da banca em que trabalhavam. Vale dizer que: estes números, devem-se ao local escolhido para a coleta de dados. Ou seja, representam os entrevistados que fixavam-se próximos à concentração do centro comerciário. Por que enfatizar isso? Pelo fato de que todos os centros são cortados pela extensão da linha férrea (direção D. Pedro II (Central do Brasil) - Santa Cruz); e, há evidências deste tipo de ocupação "do outro lado da linha".

No que se diz respeito ao Gênero, observa-se concentração de participação na ocupação pelo sexo masculino, 78% do total de entrevistados. Contra 22% de participação feminina.

Na análise sobre Rendimento, observa-se que do total, 74 recebem até 1 salário-mínimo (SM); 145, de 1 a 2 SM; e, 80 mais de 2 SM. Faz-se necessário dizer, que ao se perguntar sobre o rendimento adquirido pela atividade, o entrevistado tinha a noção de rendimento, lucro e despesas. Desta forma, apenas 1 (hum) não tinha essa noção. Pode-se afirmar que 73% dos entrevistados recebem entre menos que 1 até 2 SM. (Ver gráfico seguinte)

GRÁFICO Nº 1
BRASIL: ANÁLISE SOBRE RENDIMENTO EM SALÁRIO MÍNIMO - ZONA
OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1996



Relacionando-se esta análise com o tipo de ocupação, do total de camelôs, 13% percebem mais de 2 SM, e são proprietários; e, 40% percebem de 1 a 2 SM, e não são proprietários. Neste sentido, 45% do total de proprietários recebem mais de 2 SM, enquanto que na condição de empregados (não proprietários), 56% recebem de 1 a 2 SM. Esta última faixa salarial não deixa de ter participação significativa na condição de proprietários: 41% compõe tal faixa. Observa-se que esta concentração de faixa salarial (1 a 2 SM), confirma a idéia de baixos salários neste tipo de ocupação, contribuindo para o aumento do grau de precarização.

A partir da análise de Rendimento, passa-se para o Tipo de Trabalhador existente neste mercado. Ou seja, se é o do Tipo que Complementa Renda Familiar, ou se é o Trabalhador Principal, este último, entende-se, como aquele que sustenta a família. Desta maneira, identifica-se que 59% complementam renda familiar, e, que a concentração destes, estava na faixa salarial de 1 a 2 SM, pertencendo à faixa etária de 16 a 19 anos de idade. No que diz respeito ao Trabalhador Principal, observa-se uma participação correspondente a 25% do total, com concentração de participação na faixa salarial correspondente a mais de 2 SM, fixando-se nas faixas etárias: 18 e 19; 21 e 22; e, 25 anos de idade.

Relacionando-se esta análise com o tipo de ocupação, obtém-se que 21% dos que complementam renda se encontram na condição de camelôs próprios, enquanto que 70% não são proprietários, ou seja, são empregados. Neste sentido, 30% do total correspondente à trabalhadores principais - 25% do total de pesquisados - são proprietários, en-

quanto que 40% são empregados (ver tabela 1). Observa-se, desta forma, que do total de camelôs não-proprietários, ou seja, empregados, 75% complementam renda, enquanto que 46% são trabalhadores principais. Na condição de proprietários, 57% complementam renda e 34% são trabalhadores principais. Entende-se, neste sentido, que o grupo que compreende a condição de empregados, possui papel significativa na constituição da renda familiar, destes que compõe a pesquisa. É uma questão relevante, sobretudo, quando relacionada às questões de faixas salarial e etária, citadas acima.

BRASIL: TIPO DE TRABALHADOR OCUPADO POR FAIXA SALARIAL E FAIXA ETÁRIA/ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1996

TIPO	TOTAL	FAIXA SALARIA	FAIXA ETÁRIA	PRÓPRIOS	NÃO-PRÓPRIOS
COMPLEMENTAM RENDA	59%	1 A 2 SM	16 A 19	21%	70%
TRABALHADOR PRINCIPAL	25%	MAIS DE 2 SM	18 E 19; 21 E 22; E, 25	30%	40%

- OBS.: 1: Próprios e Não-Próprios, referem-se à ocupação de camelôs;
 OBS.: 2: Os Percentuais da coluna TOTAL, referem-se ao total de pesquisados;
 OBS.: 3: Os Percentuais das Colunas Próprios e Não-Próprios, referem-se ao total dos que Complementam Renda ou são Trabalhadores Principais.

BRASIL: RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE OCUPAÇÃO (CAMELÔS) COM O TIPO DE TRABALHADOR NELA INSERIDO - ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1996

TIPO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE TRABALHADOR	
	COMPLEMENTAM RENDA	TRABALHADOR PRINCIPAL
CAMELÔS		
PROPRIETÁRIOS	57%	34%
NÃO-PROPRIETÁRIOS	75%	46%

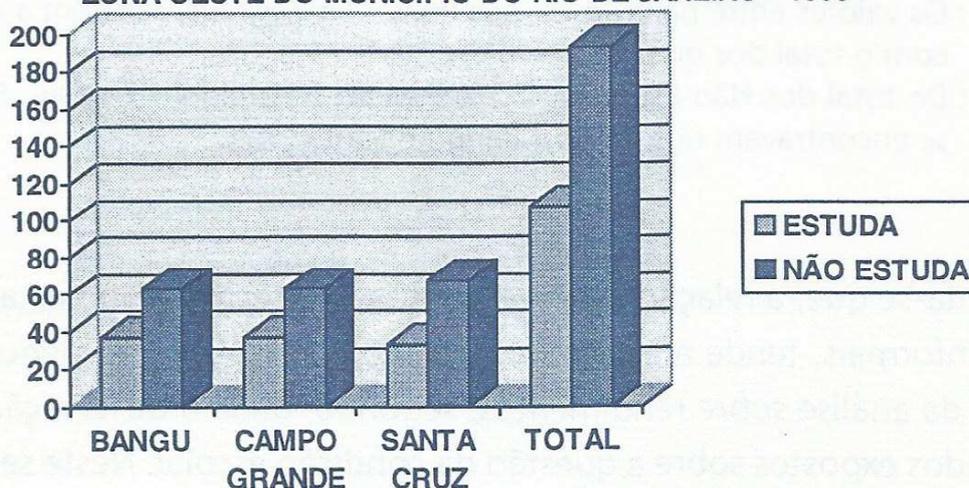
- OBS.: Do total da amostra, 75% se encontravam na condição de Camelôs. Neste sentido, 29% eram proprietários e 71% não eram proprietários.

Na análise relacionada ao Tempo de Serviço, observa-se os seguintes resultados: com o menor tempo de serviço, identifica-se a permanência neste tipo de ocupação, àqueles que estavam com 1 a 2 anos de atividade; compreendidos, sobretudo, na faixa etária de 15 a 25 anos de idade; e, com o maior tempo, aqueles que estavam há mais de 10 anos, chegando a 13 anos de serviço nesta ocupação; com participação evidente, dos que estão compreendidos na faixa de 22 a 24 anos de idade.

Identificando-se os que já haviam trabalhado com carteira de trabalho assinada, observa-se que apenas 21%, dos 300 entrevistados, se enquadram neste item. E, quando perguntados se gostariam de trabalhar com carteira assinada, 64% disseram que sim. Isto justifica as análises feitas no 3º capítulo, onde identifica-se a dificuldade de inserção desta força de trabalho no mercado de trabalho formal. Bem como, a suposta vontade de obterem um vínculo empregatício através de um contrato formal de trabalho.

O próximo item - Condição Escolar - se posiciona anteriormente aos itens: Rendimento, Tipo de Trabalhador e Tempo de Serviço, no que diz respeito à estrutura do questionário. Entretanto, devido a forma como se observa a distribuição dos entrevistados neste item, sua análise na forma aqui apresentada, tende a se justificar. Do total da população pesquisada, 107 se encontravam estudando, onde 72 estavam no 1º grau e 35 no 2º grau; e, 193 se encontravam fora da escola, ou seja, não estudavam. Destes 193, apenas 8 possuíam o diploma de

GRÁFICO Nº 2
BRASIL: OCUPAÇÃO SEGUNDO CONDIÇÃO ESCOLAR -
ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1996



2º grau. Ou seja, enquanto 35% se encontravam em condições de estudantes, sendo a maioria no 1º grau, 65% estavam em condições desfavoráveis, expressando 2,7% do total de entrevistados, com o 2º grau concluído.

Confirmando esta análise, observa-se que, com relação às faixas etárias que compreendem o estudo, na Condição de Estudantes encontra-se maior participação do grupo que compreende a faixa de 14 a 18 anos de idade; neste sentido, observa-se a concentração de participação pela faixa de 16 a 18 anos de idade, naqueles que estão cursando o 1º grau; e, 18 anos de idade, aqueles que estão cursando o 2º grau. Na relação daqueles que Não Estudam, a concentração de faixa etária ocorre entre os indivíduos que possuem de 17 a 19 anos de idade. Vale ressaltar, que foram nas regiões de Bangu e Santa Cruz, que encontramos os jovens com 2º grau completo (4 em cada bairro).

BRASIL: RELAÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO ESCOLAR E A FAIXA ETÁRIA DOS JOVENS INSERIDOS NO SETOR INFORMAL DA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1996

CONDIÇÃO ESCOLAR	FAIXA ETÁRIA (CONCENTRAÇÃO)
ESTUDA (35%)	14 a 18
1º GRAU (67%)	16 a 18
2º GRAU (33%)	18
NÃO ESTUDA (65%)	17 a 19

OBS.1: Os valores entre parênteses, nos ítems 1º e 2º graus, refletem a relação com o total dos que Estudam;

OBS.2: Do total dos Não Estudam, 2,7% haviam concluído o 2º grau. E, estes se encontravam nos bairros: Bangu e Santa Cruz.

Nota-se que, a relação sobre a questão de precarização nestas relações informais, tende a elevar-se. Primeiro, pela relação evidenciada a partir da análise sobre rendimentos; segundo, dada a observação destes dados expostos sobre a questão da condição escolar. Neste sentido,

deve-se atrelar tais relações: rendimento e escolaridade, à questão de formação e qualificação profissional desta força de trabalho. Ou seja, adquirindo baixa remuneração e não freqüentando o ambiente escolar, esta força de trabalho tende a ficar cada vez mais à margem da sociedade que compõe a sua região.

Observa-se, com isso, uma característica interessante nestes 3 bairros: a participação da força de trabalho juvenil, principalmente com 18 anos de idade, em ocupações informais de trabalho. Justifica-se este argumento, pelas faixas de idades apresentadas no ítem Condição Escolar. O grupo de indivíduos que compreende 18 anos de idade, aparece em todos os subítemos, ou seja, Estudam e Não Estudam. Entretanto, sua concentração está na condição de Não Estudantes; e, mesmo na condição de Estudantes, tal participação concentra-se naqueles que cursam o 1º grau. Vale dizer, que na região de Santa Cruz, encontram-se jovens com esta idade pertencendo à 3ª série do 1º grau. Este movimento, demonstra o grau de atraso escolar por que passa a região, tornando o grau de precariedade existente, mais grave. Sabe-se que independente da idade e do grau de escolaridade, é interessante que se estude. Entretanto, para acompanhar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, tende-se a valer de graus de escolaridade cada vez maiores. O que, como demonstrado por alguns autores²⁰, o grupo-problema, aqui em questão, mesmo se possuísse grau de instrução alto, não conseguiria se manter nas atividades produtivas, dado o alto índice de rotatividade, e a forma como vem sendo aplicada a chamada reestruturação produtiva, que não garante nem a entrada, nem a permanência num mercado de trabalho formalizado.

Além destas análises, observa-se a permanência destes trabalhadores no posto de trabalho por uma jornada superior a estipulada nos meios formais (cerca de 10 a 12 horas por dia), justificado pela quantidade de Não-Estudantes encontrados. A rua passa ser o ambiente de

²⁰ Para melhor compreensão deste tema ver: Dedecca, (op.cit.). Aqui, o autor demonstra o problema em alguns países da OCDE; e, em Amadeo (org.), 1994: neste trabalho, é evidenciado, que no Brasil, a problemática do desemprego atinge sobretudo os jovens.

convivência permanente, onde o almoço, o estudo (para aqueles que estudam e tem exames para fazer), o diálogo, a descontração, se misturaram, tornando o ambiente um tanto quanto "familiar".

Desta maneira, os jovens, representados aqui pelos entrevistados, que deveriam estar se preparando para este desenvolvimento, buscando sua qualificação profissional, intelectual, cultural etc, estão nas ruas destes importantes centros comerciais para a região, ocupados em uma relação que não lhes dá nenhuma das qualificações citadas. Através, assim, sua inserção no mercado de trabalho em relações formais. Haja visto que, na relação apresentada na questão da Condição Escolar, apenas 2,7% do total de entrevistados, tinham o 2º grau completo. Ora, possuindo de 10 a 13 anos de experiência neste tipo de ocupação, com família constituída e sem estudar há um tempo considerável, como este jovem se adequará as novas formas de relações e exigências do mercado de trabalho? A questão torna-se mais complexa, quando são evidenciados sentimentos de inconformismo na forma como estes jovens estão ocupados. Ou seja, querendo sair desta condição, sem obter os critérios estabelecidos por esta flexibilização nas relações trabalhistas, oriunda do novo padrão de acumulação, este jovem poderá sofrer pressões tanto externa, quanto interna, o que trará consigo, riscos significativos.

Todo esse movimento identifica e respalda uma configuração de relações de ocupação precárias em locais de amplos problemas sociais, que se perfazem na falta de políticas públicas para a reversão deste quadro. Sendo assim, neste contexto em que a Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro se encontra, qual seja, um local formado por uma população pobre, trazendo consigo um baixo grau de escolaridade, de qualificação profissional, de conscientização política, etc, faz-se extremamente importante, a implantação de políticas de emprego, geração de renda, qualificação e educação na região. Entretanto, não são aspectos tão distantes de outras regiões brasileiras. Por isso, faz-se necessário que tais políticas sejam de caráter nacional, guardando as especificidades de cada região, mas que determine condições para um Projeto Nacional que dêem soluções para essas questões.

3. Considerações finais

O quadro demonstrado por este trabalho, tentou evidenciar que a estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro está sofrendo uma perturbação muito importante: o fato de o setor informal estar crescendo e de que a participação de segmentos mais jovens da PEA, neste setor, estar sendo significativa.

Sendo assim, faz-se necessário repensar o problema do emprego no país. O grupo que mais pressiona o mercado de trabalho brasileiro é o que compreende a faixa etária de 15 a 24 anos de idade. E, com a participação crescente de jovens de 18 a 24 anos trabalhando no chamado setor informal, o problema tende a ser maior.

O fato é que o movimento é crescente, e não há resolução sem uma política explícita de investimentos, industrial, e de inovações.

Se assiste então, a um processo de dependência cada vez mais acirrado; tornando o Estado brasileiro um gigantesco espaço de desigualdades, onde os jovens estão perdendo - que ironia - competitividade. Estão deixando de ser somente pressionadores do mercado formal de trabalho, para serem também do mercado informal.

Isto posto, a tentativa de propor esta reflexão é para, no limite, tentarmos entender para onde iremos com tal lógica. Com a complexidade de nosso mercado de trabalho, com uma explícita falta de políticas estruturais tanto no âmbito produtivo, quanto educacional; com uma crescente "massa" de desempregados; e, com a corrente ameaça de desnacionalização, estamos nos aproximando de Estado que prevê o uso do desenvolvimento apenas como sustentador da *ética*. Assim, todas as "políticas" que, por ventura, venham a ocorrer na tentativa de minimizar o problema do desemprego, seja para jovens, no âmbito da qualificação ou não, serão simplesmente por uma questão de *ética*. Não terão o caráter de buscar o desenvolvimento da sociedade em questão. Terão apenas, o caráter de não deixar que tudo se transforme em caos.

Para tanto, o começo passa por entender que o sistema educacional não qualifica para o mercado, para as empresas. Ao contrário, estas fazem muito bem este serviço²¹. Entender este processo sem levar em

²¹ Salm, 1980.

conta tais discussões, é abraçar de forma religiosa a Teoria do Capital Humano. Salm (1980), discute esta questão, ressaltando que esta teoria "(...) pecaria, no mínimo por ingenuidade ao postular que o investimento feito pela pessoa ao educar-se seria garantia de promoção no mercado de trabalho (...)".

Não se criará empregos após qualificar um jovem, tampouco tentando flexibilizar um mercado de trabalho dos mais flexíveis do mundo²², muito menos reduzir os chamados encargos sociais, baseando-se no custo da mão de obra brasileira, que é um dos mais baixos do mesmo mundo²³.

Assim, basta admirar a realidade que a cada momento nos mostra uma sociedade que vive sob o ímpeto do medo, da incerteza, do consumo de drogas etc, para entendermos que nem para garantir a ética tal Estado poderá servir um dia.

Sobretudo, quando evidenciamos casos como o da Zona Oeste, que tende a representar os mesmos problemas ocorridos em várias regiões pobres do país, identificando que faz-se necessário, políticas que busquem tornar importante, a característica de cada região em que o problema seja detectado.

Referências Bibliográficas

BALTAR, P.E. de Andrade. *Emprego e Renda na Crise Contemporânea do Brasil*. In: *O Mundo de Trabalho - Crise e Mudança no final do século*, São Paulo: Scritta, 1ª e., nov, 1994.

BALTAR, P.E. de Andrade, DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, Wilnês. *Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil*. In: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1ª e., abr, 1996.

BELLUZZO, L.G. Prefácio à Obra: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1ª e., abr, 1996.

²² Neto, 1996.

²³ Santos, 1996.

- DEDECCA, C.S. *Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado* In: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: Scritta, 1ª e, Abr., 1996.
- FREEMAN, C. *Unemployment and technical innovation*. Londres: Frances Pinter, 1982.
- FUENTES, M.R. *Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90?*, 1997.
- FIBGE, *Economia informal urbana: município do rio de janeiro*, 1994.
- LIMA, B.M.Flôres de. *Criptoeconomia ou Economia Subterrânea*. Estudos Especiais. IBRE, nº 5, Rio de Janeiro: FGV, Jan., 1985.
- NETO, J.F.S. *Flexibilização, desregulamentação e o direito do trabalho no Brasil*. In.: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: Scritta, 1ª e, Abr., 1996.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PERO, Valéria. *A formação profissional diante das mudanças no mercado de trabalho no início dos anos 90*. Rio de Janeiro: SENAI/DN-CIET, 1996.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*, São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- SALM, C. *Escola e Trabalho*: São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *Vai ser difícil requalificar* In: *Boletim de Conjuntura, IE/UFRJ*, 17(2), jul, 1997.
- SANTOS, Anselmo L. dos. *Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil*. In.: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: Scritta, 1ª e, Abr., 1996.